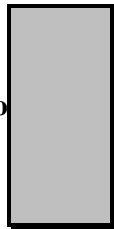


Artigo



A RESISTÊNCIA DO PEREGRINO JOÃO LUIZ POZZOBON

Marta Rosa Borin¹

A Igreja no Brasil nos séculos XIX e XX

Quando, no século XIX, os imigrantes europeus aportaram no Brasil, os que eram católicos depararam-se com um catolicismo popular que se desenvolvia de forma autóctone, mesclando influências da administração da coroa portuguesa e depois pela brasileira, que controlavam o clero e o usavam para fins de dominação. A falta de padres propiciou a reunião de leigos em irmandades, nas quais se desenvolveu um catolicismo devocional que não carecia de sacerdote. Ainda, no século XIX, com a romanização, a Igreja católica voltou-se contra esse tipo de profissão de fé, mas o povo, em contrapartida, permaneceu resistente e continuou a cultivar práticas religiosas já enraizadas pela tradição.

No Rio Grande do Sul, a ausência de padres para os ofícios religiosos é resolvida com os padres leigos ou padres colonos, que se responsabilizavam pela presidência dos cultos aos domingos e dias santos, e também pela construção das capelas ou das igrejas. Essa organização sofrerá repressão

¹ Doutoranda do Programa de História da UNISINOS (São Leopoldo, RS). Professora de História do Centro Universitário Franciscano (Santa Maria, RS).

com a chegada do vigário, que acaba por substituir o padre leigo e fazer o imigrante experimentar as práticas europeizadas da Igreja. O discurso do Concílio Vaticano II, entretanto, falará da Igreja como povo de Deus e tentará conquistar novamente a atuação do leigo, que havia sido rejeitado anteriormente pela própria Igreja. (Dreher, 1990: 200-209).

João Luiz Pozzobon e suas iniciativas de homem devoto lembram as famosas figuras de movimentos religiosos do nordeste no final do século XIX (1892), quando a falta de padres propiciava a reunião de leigos em irmandades e dava espaço ao catolicismo devocional, que não carecia de sacerdotes. No entanto, a Igreja desconfiava desse tipo de religiosidade espontânea e carismática que dispensava a sua assistência oficial e colocava a autoridade de seus líderes acima da autoridade sacramental dos ministros ordinários. O catolicismo popular é admitido e mesmo valorizado pela reforma patrocinada pela Santa Sé na segunda metade do século XIX, desde que submetido ao controle da hierarquia. Daquele período em diante, a Igreja católica passou a ter consciência de que sua força residia numa sólida base popular, tomando, por isso mesmo, as precauções para que esse apoio não lhe escapasse das mãos (Moura e Almeida in Fausto, 1990:323-325).

Nos últimos anos da Primeira República o clero se apresentava numeroso, devido ao grande contingente de padres estrangeiros, mas imperavam as atividades pastoral e missionária que prejudicavam a vitalidade de sua presença na sociedade. O fato é que os sacerdotes se limitavam quase exclusivamente à distribuição de sacramentos e à pregação dominical, aumentando a distância entre as camadas populares e o clero – daí a força dos beatos e monges.

Com o advento da República e a separação oficial da Igreja e do Estado, vão-se revelar nas elites novas forças para uma verdadeira e gradativa fé religiosa, que se estende às camadas populares, embora com alguns obstáculos provindos da indiferença religiosa geral, agravada com a interferência das seitas protestantes, do espiritismo e dos cultos fetichistas africanos entre

o povo, e de novas filosofias agnósticas ou anticatólicas nas elites. São poucos os católicos no início do século XX que manifestam a consciência das exigências e do alcance do cristianismo na vida econômica, política e social.

As doutrinas que na época chegaram ao Brasil, o positivismo e o darwinismo, rejeitavam e condenavam as instituições políticas modernas, sobretudo depois de 1789, e destacavam a ação religiosa como meio para solucionar os problemas políticos e sociais. Para essas doutrinas, a religião da humanidade era uma forma social e progressiva (Idem, op. cit.:335).

Na década de 30, a Igreja católica, com o intuito de consolidar sua unidade e intensificar o apostolado leigo, escolhe a Virgem da Conceição Aparecida como padroeira do Brasil, a fim de unificar a espiritualidade do povo com a invocação de uma imagem religiosa nacional. Após a Revolução de 30, Dom Sebastião Leme organiza uma grande celebração popular, levando para o Rio de Janeiro a imagem da Virgem de Aparecida do Norte, no intuito de pôr fim ao laicismo da República e despertar a consciência católica. Meses depois, outra concentração religiosa marcará a inauguração do Cristo Redentor no alto do Corcovado, no Rio de Janeiro.

Na mesma época, em Santa Maria, iniciam-se as romarias de Nossa Senhora Medianeira, como súplica à proteção e a mediação de Maria contra a eminência de uma guerra civil. A manifestação ficou conhecida na cidade e moveu um grupo de pessoas a pedir às autoridades eclesiásticas a organização de uma romaria oficial à Virgem Medianeira, por ter atendido o pedido dos devotos para que os quartéis locais não aderissem à Revolução. Como não houve mortes na ocasião, a graça foi atribuída à Virgem Medianeira, que pela intermediação dos líderes da Ação Católica, tornou-se padroeira do Estado, com a aprovação do bispo Dom João Becker.

Por outro lado, a Igreja preocupava-se com a formação de intelectuais católicos para combater o agnosticismo, o positivismo e o anticlericalismo. Todavia, em 1934, cria-se um vazio na atuação pública da Igreja; a Liga Eleitoral Católica (LEC), tornava-se inútil, ressurgindo com intensidade a

Ação Católica Brasileira (1935), corrente crítica dentro do catolicismo. A religião passou a restringir-se à esfera privada, enquanto a Ação Católica pretendia estabelecer uma ponte entre a esfera privada e a esfera pública: é a participação dos leigos organizados no apostolado hierárquico da Igreja, fora e acima dos partidos, para o estabelecimento do reino universal de Cristo. Surge para lutar por uma nova cristandade, isto é, por uma ordem econômica, social e política, sob a direção dos princípios cristãos definidos pela Igreja (Beozzo, in Fausto, 1990:321 e 322).

Os leigos foram também chamados para combater o comunismo, o maior adversário da Igreja, principalmente junto às populações empobrecidas. No fim dos anos 40, não se tratava mais de propor uma restauração da ordem cristã, mas uma estratégia para a sua reconquista, já que a década havia sido, para a Igreja católica do Brasil, um período de estagnação. Era preciso lutar, primeiro, contra a inércia dos cristãos, mas sobretudo organizar uma ação católica em todos os domínios para recristianizar a sociedade. A Juventude Operária Católica (JOC), em 1948, se constituiu no primeiro passo em direção a um novo modo de atuação dos leigos a partir de pequenos núcleos de liderança (Pierucci, Souza e Camargo, In. Holanda, 1995:347-349).

A união dos bispos se fazia necessária para enfrentar a complexidade dos problemas. A confluência das décadas de 1940 e 50 assistiu a essa procura de novas formas de organização no âmbito da hierarquia: encontros regionais de bispos começam a acontecer, culminando na criação do Conselho Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1952. A partir da década de 50 a Igreja católica no Brasil muda sua estratégia de influência e vai ao encontro daquelas camadas populares que constituem sua base social.

A partir da segunda metade do século XX, ignorando o empenho da hierarquia da Igreja pela participação do leigo católico na política, João Luiz Pozzobon retoma alguns dos rituais do cristianismo. A motivação do peregrino advinha daquele catolicismo popular, devocional, do final do século XIX. Esse foi um dos motivos que levou a Igreja, enquanto hierarquia, a

perseguí-lo e proibi-lo de continuar sua evangelização junto às famílias, com a imagem da Mãe Peregrina. João Pozzobon representou um retrocesso na evangelização pela Igreja oficial, pois o peregrino retomou rituais populares, como a reza do terço, procissões, construção de ermidas e visitas a colégios, escolas, presídios e hospitais para rezar o terço, o que resultou na propagação da devoção desses rituais no Rio Grande do Sul e, principalmente, dos países latino-americanos, como Uruguai, Argentina, Paraguai e Chile. Estimulou também a confiança no poder do santo, ou seja, “uma religiosidade autônoma em relação ao culto oficial, mas suficiente para os crentes” (Dreher, 1999:29).

Sobre religiosidade popular, Mazzolo (1994:101-109) faz uma revisão de estudos recentes do catolicismo popular no contexto latino-americano e europeu. Destaca que, para os marxistas, o catolicismo popular apoiava as desigualdades sociais existentes, ou distraía o povo da necessidade de mudança, sobretudo através das relações sociais clientelistas que a população mantém com os santos. Acrescenta a autora que estudos marxistas mais recentes, analisam a religiosidade popular como uma via para a expressão de seus protestos sociais, mas adverte que a religiosidade popular pode ser entendida como práticas religiosas tradicionais do povo, fundamentalmente expressas no culto aos santos populares e na participação das festas dos padroeiros. Pela interpretação da forma de utilização dos símbolos e seus significados, a religiosidade popular possibilita compreender, no tema em questão, o viés de resistência do peregrino João Pozzobon às restrições a ele impostas pela hierarquia da Igreja e ainda estabelecer os diferentes segmentos sociais que popularizaram a figura desse peregrino no Brasil e na América Latina.

O autor italiano Carlo Ginzburg (1987), adotou o conceito de cultura popular, definindo-a como um conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamentos próprios das classes subalternas num certo período histórico. Para esse autor, a cultura popular se define, antes de tudo, pela oposição à cultura letrada oficial das classes dominantes, como também pelas rela-

ções que mantém com a cultura dominante filtrada nas classes subalternas, de acordo com os valores e as condições de vida que lhe são próprios. Com essa dinâmica entre os níveis cultural, popular e erudito, Ginzburg propõe o conceito de circularidade cultural presente num indivíduo que, embora egresso das classes subalternas, sabia ler, e com certeza lera textos produzidos no âmbito das classes dominantes, filtrando-os através dos valores da cultura camponesa (Vainfas, in Cardoso & Vainfas, 1997:152).

As características do moleiro de Ginzburg levou-nos a pensar em João Luiz Pozzobon, um homem simples, com pouco estudo, mas que sabia ler e escrever, e que se dedicou a registrar, através de cartas, bilhetes e quadros, sua visão de mundo, seus valores morais e espirituais, suas críticas à submissão à hierarquia da Igreja de seu tempo. Com um estilo simples, estimulou a manutenção da religiosidade popular local, arrastando consigo um grande número de fiéis. Sua auto-imagem possibilita relacioná-lo ao perfil mariano, quando julgava a si mesmo “pobre e pequenino”, acreditando dedicar-se à mensagem de evangelização, que, para ele, foi concretizada na “Campanha da Mãe Peregrina”.

Pozzobon nasceu no dia 12 de dezembro de 1904, em Ribeirão, um dos núcleos de Silveira Martins, no Rio Grande do Sul. Era filho de descendentes italianos chegados ao Vale Vêneto em maio de 1878, provenientes de Treviso. Aos dez anos ingressou no seminário Palotino de Vale Vêneto para tornar-se padre, mas lá permaneceu somente dez meses e regressou à casa dos pais para ajudar seus irmãos na lavoura. Com idade para o serviço militar, alistou-se no exército, mas recebeu baixa por incapacidade física.

Em 1928, casou-se com Teresa Turcado e estabeleceu-se em Restinga Seca, para onde se transferiu em busca de recursos médicos para a esposa, que veio a falecer em Santa Maria, em 1932. Com dois filhos pequenos, casou-se seis meses depois com Vitória Filipeto, com quem viveu 47 anos e teve mais cinco filhos. Por esse motivo escreveu na armação de seu leito: “*Cama das sete graças – 1929-1942*”. Com o fruto de seu trabalho, adquiriu

casa definitiva, onde morou até o fim da vida, no quilômetro 3, em Santa Maria. Hoje, essa casa, é local de peregrinações, onde são preservados todos os seus pertences. Ele faleceu na madrugada do dia 27 de junho de 1985, vitimado por acidente de trânsito, nas imediações do Santuário de Schoenstatt, em Santa Maria.

Schoenstatt: de “bairro bonito” a inimigo do Reich

Schoenstatt é um movimento nascido no seio da Igreja católica, da qual a Virgem Maria é a mãe e modelo. Esse movimento mariano conta com diversos tipos de comunidades de acordo com a forma e o grau de compromisso apostólico, comunitário e de auto-formação de seus membros.

O Movimento Apostólico de Schoenstatt surgiu em 1912, de um grupo dissidente do Seminário Menor Palotino, situado nos arredores de Vallendorf, num *schoenstatt*, ou “bairro bonito”, na Alemanha. A cisão é resultado de longos anos de conflito (1935-1965). A obra de Schoenstatt se separou da Sociedade Palotina em 1953, tanto que as duas instituições religiosas continuam com suas relações estremecidas na Argentina, diferentemente do que acontece no Rio Grande do Sul e no Chile, onde elas convivem amigavelmente. A morte de João Pozzobon reaproximou os padres palotinos e os de Schoenstatt, mesmo considerado pela Igreja local um supersticioso ou fanático.

Existem quatro marcos históricos importantes nesse movimento. O primeiro se concretizou no dia da própria fundação de Schoenstatt, 18 de outubro de 1914, na província alemã de Limburgo, pelo padre José Kentenich, que havia sido diretor espiritual dos jovens seminaristas da Sociedade Palotina; o segundo marco foi a prisão desse padre em Coblença, Alemanha, a 20 de janeiro de 1942, quando ele decidiu que não tomaria nenhuma decisão para libertar-se do campo de concentração de Dachau, onde ficou confinado por ordem do regime nazista; o terceiro teve como palco o bairro Bellavista em Santiago do Chile, no dia 31 de maio de 1949, quando o sacerdo-

te depositou nesse santuário uma carta-resposta ao episcopado da Alemanha, cujo teor lhe valeu o exílio de catorze anos. Por fim, o quarto marco histórico de Schoenstatt deu-se em Roma, no dia 22 de outubro de 1965, quando o papa reconheceu o Movimento de Schoenstatt.

Kentenich proclamava a liberdade como ideal, o que na época provocou fortes reações, principalmente do movimento comunista que vinha tomando conta da juventude alemã. Kentenich adverte que o homem bolchevista era o homem da massa, sem personalidade e sem liberdade, e para combatê-lo era preciso formar um novo homem, um homem livre. A liberdade seria uma nova característica da família de Schoenstatt. (Fernandéz, 1998). Para Trevisan (1992), o ideal de liberdade, proposto por Kentenich, reside no fato de ele identificar no interior da Igreja um espírito dirigista, paternalista, denunciado pelo próprio Concílio Vaticano II, como responsável, em parte, pela imaturidade de seus filhos. Mas isso não significa que o seminário de Schoenstatt não tivesse regras escritas que devessem ser cumpridas.

O padre Kentenich considerava necessário que a teologia, a espiritualidade e a pedagogia de Schoenstatt fossem aplicadas na pastoral da Igreja: isso não quer dizer que a Igreja devesse se tornar schoenstattiana, mas sim que deveria estar capacitada para vencer os “erros coletivistas”, o “bacilo do pensar mecanicista”, que corroía profundamente sua vitalidade (Fernandéz, 1998:129 e 130). No entanto, a Alemanha de então mantinha o monopólio do ensino e da educação. Falar em educação livre era uma heresia, e as idéias de Kentenich não foram compreendidas por proporem mudanças radicais no *status quo*.

Sua pedagogia da fé distinguia-se das correntes tradicionais espirituais que pregavam ao longo dos séculos a desvinculação e o despojamento dos bens, e por temerem o apego desordenado às criaturas e as conseqüências do pecado original, destacavam a renúncia, a humildade e o rigor nos costumes.

A espiritualidade pedagógica proposta pelo padre Kentenich, ao contrário, caracteriza-se pelo reforço em cultivar uma vinculação sadia com toda a criação. Fernández (1998:133) cita trechos da “*Epistola Perlonga*” de Kentenich, onde ele sugere que, para entendermos as causas da secularização atual dominante, as raízes do paganismo cotidiano e do cristianismo domingueiro, é preciso aceitar e entender que os privilégios da espiritualidade foram mantidos por muito tempo pelas altas linhagens, que podiam adotar na vida mundana as exigências da ordem religiosa. Somente o alto clero tinha tempo e dinheiro suficientes para retirar-se e rezar o ofício religioso, deixando os afazeres mundanos em outras mãos; somente ele tinha espaço para fazer penitência e jejuar em tempos determinados para buscar a compensação em outros tempos. Isso só era possível nos conventos. Como a grande massa não tinha acesso a eles, só lhe restavam os domingos e o tempo oficial de oração.

Para Kentenich, a perfeição podia ser alcançada tanto no mundo como no convento, justamente o contrário do que dizia a opinião pública e o que ensinava a Igreja ou a literatura de formação da época. As correntes que abrem passagem para o papel insubstituível dos leigos e sua vocação à santidade são do nosso século (XX) e encontram plena acolhida somente no Concílio Vaticano II (Trevisan, 1992:203, v. II).

De acordo com as idéias de Kentenich, fazia-se necessária uma pedagogia verdadeiramente secular, adequada à realidade existencial do leigo, que lhe oferecesse caminhos concretos para santificar-se no matrimônio, na família, no trabalho, na política e na cultura. Significava passar de uma Igreja que olhava preferencialmente para o alto e para si mesma, a outra Igreja também voltada para o homem e para o mundo.

A história de Schoenstatt demonstrava fé ilimitada no poder espiritual e sua proposta de vida ficou conhecida na Alemanha. A guerra de 1914, apesar das inúmeras perdas humanas, fortaleceu o movimento. Segundo Trevisan (1992:193, vol. I), a ascensão do regime nazista ao poder foi o início da via dolorosa para Schoenstatt, mas o total de pessoas, entre leigos e

religiosos formados pelo movimento em 1934, foi de 12.397. A Gestapo compreendeu perfeitamente a radical oposição entre o nazismo e o Movimento de Schoenstatt. Conta-se, que um policial das repartições centrais de Berlim afirmava que os que estavam imbuídos das idéias do Movimento Apostólico de Schoenstatt eram refratários às doutrinas nazistas, sendo-lhes impetrada a pecha o de “o mais astuto e perigoso inimigo do sistema nazista” (Trevisan, 1992:195, vol. I).

Em 1938, começou a perseguição mais direta do nazismo contra a Igreja alemã. Nesse mesmo ano, uma lei aboliu a publicação dos periódicos católicos. O objetivo dos nazistas com relação ao Movimento de Schoenstatt era exterminá-lo, pois em 1936 a polícia já fizera uma busca rigorosa no seminário, esperando encontrar algo comprometedor. Em seguida, iniciaram-se os interrogatórios aos seus diretores. Em 1939, a Sociedade dos Palotinos foi coagida a ceder o seminário ao regime nazista, que o transformou em escola para formação de dirigentes do Reich.

Para enfrentar o nazismo, os seminaristas recorreram à espiritualidade, que culminou no Segundo Documento de Fundação, de 18 de outubro de 1939, a chamada “Carta Branca” onde entregavam a Maria, considerada pela Igreja católica como mãe de Deus, os próximos acontecimentos, assim como fizeram no Primeiro Documento por ocasião da Primeira Guerra Mundial. Trevisan registrou que “simbolicamente, a família de Schoenstatt fechou um círculo ao redor do Santuário, jurando: nem o demônio, nem o nacional-socialismo poderão tocar em nosso seminário; antes disso, deverão andar sobre nossos cadáveres” (Trevisan, 1992:200-201, vol. I).

Em 1940, o governo nazista começou a suprimir muitas casas religiosas em toda a Alemanha. No ano seguinte o exército alemão ocupou a Casa de Retiros, transformando-a em hospital militar. A Gestapo investigava tudo. Investigou também Limburgo, sede do Provincialato dos Padres Palotinos, do qual Schoenstatt dependia, pois suspeitava que dali partissem a orientação e o financiamento para todo o Movimento. A Gestapo proibiu as concentrações

universitárias e as pregações religiosas, e por suspeita prendeu muitos padres considerados cabeças do Movimento, além de padres palotinos, alguns dos quais foram mortos nos campos de concentração (Trevisan, 1992:358).

O padre Kentenich recusou-se a servir no exército alemão e foi mandado para o campo de concentração em Dachau, em 1941, como inimigo da nação alemã. Ele sobreviveu à guerra e retomou sua obra, mas no exílio, porque agora era condenado pela Igreja.

Após a guerra, em 1949, em Schoenstatt, o padre Kentenich recebeu uma carta do bispado de Tréveris, em nome da Conferência Episcopal Alemã, que tinha algumas reservas em relação à sua pedagogia. No mesmo ano a Santa Sé pediu que a obra de Schoenstatt fosse objeto de visitação apostólica, para a qual foi designado um Consultor do Santo Ofício, o padre Sebastião Tromp. Em 1951, em Roma, o consultor propôs ao padre Kentenich que se afastasse voluntariamente de sua obra, ou seria obrigado a abandonar a Europa. Todavia, nesse mesmo ano, ele obteve permissão de mudar-se para a América do Sul, enquanto obtinha os papéis que necessitaria em seu exílio em Milwaukee, Wisconsin, onde ficou por catorze anos. Em 1952, pregou em Santa Maria um terciado aos padres palotinos, mas as proibições o impediram de comunicar-se livremente. Esteve também no Chile, na Argentina e no Uruguai. Enquanto isso, na Europa, particularmente na Alemanha, desencadeava-se uma luta em torno de sua pessoa e de sua obra. Por um lado, existia um conflito com o episcopado alemão, que solicitou a Roma a visitação apostólica à obra de Schoenstatt, levada a cabo de 1951 a 1953, o que previa a dissolução do Movimento Apostólico de Schoenstatt. Por outro lado, o conflito tinha se acendido na Sociedade do Apostolado Católico (padres palotinos) à qual pertencia o padre Kentenich. Para os palotinos, Schoenstatt era um prolongamento da fundação de Vicente Pallotti, portanto, deveria adaptar-se ao seu fundador e à sua pedagogia. Mas dentro da própria sociedade dos padres palotinos não havia unanimidade quanto à autocompreensão de Schoenstatt e sua idéia motriz. Schoenstatt, ou seja, o

padre Kentenich, via isso de uma maneira diferente: na sua concepção, havia uma obra essencialmente federativa, na qual os institutos seculares que a integravam eram autônomos e independentes uns dos outros. Mas no período de sua fundação, os institutos seculares não possuíam ainda um suporte jurídico na Igreja. Essa liberação só aconteceria em 1947, quando o papa Pio XII publicou a constituição *Provida Mater Ecclesia*, que reconhecia na Igreja a nova categoria dos institutos seculares.

Na visão dos bispos e párocos, a obra de Schoentatt representava uma ameaça à organização da estrutura espiritual existente nas suas dioceses e paróquias, pois o próprio padre Kentenich já havia chamado a atenção dos padres para a espiritualidade. Ele acreditava que o pensar idealista mecanicista era o bacilo do homem e da sociedade ocidentais; acusava-os de deixar de lado as relações naturais e pretender organizar o mundo como uma máquina gigantesca, como uma grande fábrica. Essa visão o padre Kentenich atribuía também ao âmbito da Igreja e da vida cristã, e chamava a atenção para o perigo que rondava os teólogos e pastores, que julgavam alguns pontos da obra de Schoenstatt não muito sadios.

As restrições impostas pela Igreja ao movimento de Schoenstatt na Alemanha, seu país de origem, chegaram à América Latina. No Brasil, em 1951, mais particularmente em Londrina, no Paraná, começam a despontar as primeiras dificuldades, quando os sacerdotes palotinos retiraram seu apoio ao movimento de Schoenstatt. Em 1954, foram emitidas as primeiras proibições escritas pelas autoridades eclesásticas, junto ao Santuário Tabor de Santa Maria. Foram proibidos os termos “Santuário”, “Schoenstatt”; as reuniões, romarias ao Santuário de Santa Maria, a circulação da revista e todos os tipos de leituras schoenstattiana, culminando em 1956 com a retirada do Santíssimo Sacramento do Santuário local.

Em Ata da Catedral Diocesana de Santa Maria (1954:59), encontramos as “Diretrizes sobre o Movimento Apostólico de Schoenstatt”, circular do bispo diocesano, Dom Antônio Reis, após ter conversado com o padre Gui-

Iherme Moehter, reitor geral da Sociedade do Apostolado Católico, no intuito de corrigir excessos verificados no Movimento Apostólico de Schoenstatt ao qual “não se quer negar bons frutos nem a seus membros reta intenção e zelo de almas”. A diocese determina aos sacerdotes de Schoenstatt que promovam as iniciativas por ela aprovadas, as reuniões do movimento não poderão “estorvar em nada as da Ação Católica”; nas paróquia dos padres palotinos só poderão fundar grupos do Movimento com a aprovação do bispo diocesano, que julgará sua conveniência; no Santuário de Adoração Perpétua da Mãe Três Vezes Admirável de Schoenstatt, como na Casa de Retiros, as atividades deveriam ser promovidas respeitando as normas presentes, ou seja, sem adoração e procissões ao Santuário de Schoenstatt. Nas paróquias dos padres palotinos foram proibidas as construções das assim chamadas “capelinhas de Schoenstatt”, sem licença expressa do bispo diocesano. Nas visitas domiciliares com a imagem da Mãe Três Vezes Admirável, além de se observarem todas as presentes normas, enviava-se o caráter exclusivista no que diz respeito à imagem.

Essas restrições e proibições são resultado da obediência do bispo de Santa Maria ao Vaticano, que esperava o resultado da Visitação do Santo Ofício ao Movimento de Schoenstatt; mas também representam, na década de 1960, com relação aos movimentos religiosos, a postura da Igreja, que rejeitava o surgimento de figuras carismáticas e populares, que mantinham devoções populares.

É registrada em Ata da Catedral Diocesana de Santa Maria (1956:87-88) a chegada à Câmara Eclesiástica da comunicação do bispo coadjutor, Dom Luiz Vitor Sartori, que proíbe em toda a diocese o Movimento Apostólico de Schoenstatt, ordenando que fossem suspensas, em todo o território da diocese, toda e qualquer atividade, direta ou indiretamente relacionadas a ele: retiros, cursos, conferências, reuniões, instruções, romarias, propagandas, seja por revista ou folhetos, etc. Nas paróquias, colégios, igrejas, capelas ou qualquer outro ambiente. Ordenam que as capelinhas existentes, não

sejam denominadas “santuários”. As mesmas, até ulterior deliberação, ficarão entregues exclusivamente à piedade individual dos fiéis, não podendo abrigar atos litúrgicos ou quase litúrgicos, ou quaisquer outras solenidades coletivas sem a presença de sacerdote. A qualquer prerrogativa ou título de Santa Maria Virgem, aprovada pela Santa Igreja, não poderá ser aposto o nome de Schoenstatt.

O leigo João Luiz Pozzobon, com o auxílio das Irmãs de Maria é o único membro do Movimento de Schoenstatt que não interrompe sua liderança pastoral em Santa Maria e região de abrangência, apesar das divergências do bispo. É neste contexto que sua atuação impõe-se como resistência às divergências religiosas, resgatando o papel evangelizador da Igreja, popularizando as idéias do padre Kentenich.

A resistência do peregrino João Luiz Pozzobon

Por intermédio dos padres palotinos, que atendiam à paróquia de Nossa Senhora das Dores, em Santa Maria, João Pozzobon entrou em contato com o Movimento Apostólico de Schoenstatt, cujo Santuário fora inaugurado na cidade, em 1948, pelas Irmãs de Maria de Schoenstatt. Sua dedicação resultou na divulgação dos ideais do movimento, a princípio na região de Santa Maria, e em seguida na Quarta Colônia de Imigração Italiana do Rio Grande do Sul, e posteriormente em outros países. Conforme documentação encontrada, verificou-se que sua obra de evangelização estendeu-se de 1950 a 1984. Nesse sentido afirma-se que João Pozzobon percorreu 140 mil quilômetros entre Brasil, América Latina e Europa –, atualmente sua campanha está difundida em mais de quarenta países. Durante 35 anos ele levou a campanha às famílias, hospitais, escolas e presídios.

Cada imagem da Mãe Três Vezes Admirável visitava permanentemente um grupo de aproximadamente quinze famílias, ficando dois dias em cada casa. A visita também era organizada em hospitais, colégios, empresas

e presídios. Para iniciar o trabalho era preciso que o pároco do lugar e o bispo diocesano dessem seu consentimento.

A pessoa ou casal que leva a imagem e se responsabiliza por ela é o “missionário”. Este buscará as famílias que receberão a Virgem e organizará sua peregrinação, observando que essa seja realizada nas residências próximas umas das outras, com a finalidade de forjar a comunidade mais facilmente.

A imagem pertence à equipe coordenadora da diocese, de modo que se o missionário não pudesse continuar a tarefa ou mudar de residência, a imagem deveria ser devolvida. O missionário assume o compromisso por um ano, que pode ser renovado quantas vezes ele quiser, mediante uma celebração própria da Campanha.

É tarefa do missionário ensinar a rezar o terço às famílias que recebem a imagem, que deve ser colocada num lugar de honra nos lares. As imagens auxiliares, surgidas por inspiração de João Pozzobon, são réplicas exatas da Peregrina original que ele carregava. Elas partem do Santuário de Santa Maria e presidem as peregrinações e eventos especiais na diocese. Para receber uma imagem auxiliar, deve haver um número determinado de imagens peregrinas na comunidade.

João Pozzobon foi um personagem místico que atuou à margem da Igreja oficial, e sua trajetória fornece elementos para que se compreenda alguns fatos que permitiram o florescimento do Movimento de Schoenstatt, não só em comunidades simples de localidades do interior, mas também em grandes cidades como Buenos Aires e Santiago do Chile. Ele observava que, na Alemanha, os fiéis do Movimento de Schoenstatt eram pessoas da elite, e cada grupo tinha um ideal. Desenvolveu uma militância religiosa intensa, marcada pela edificação da Vila Nobre da Caridade, em 1954, onde construiu quinze casas para pessoas pobres, com a finalidade de albergar carentes, ajudando-os a crescer na fé e na dignidade humana. Além das casas, providenciou registro de nascimento para cada uma das pessoas que viviam na

Vila. Esse segmento da sociedade tornou-se o núcleo principal de atuação do missionário.

Centenas de pessoas, principalmente os mais pobres, recebiam em suas casas a visita de João Luiz Pozzobon, que levava no ombro a imagem da Mãe Peregrina. Assim, destacamos o registro de 120 mil famílias organizadas, 8.414 escolas visitadas com a reza do terço; 12 mil visitas da Mãe Peregrina às famílias e 1.500 concentrações, num total de 141.914 mobilizações (Doc. J.178-F1048 e J.180-F 1179/1190).

João Pozzobon registrou em seus escritos inúmeras contribuições de fiéis por graças alcançadas com as orações do terço que ele realizava com as famílias. Uma senhora pagou uma promessa com dinheiro para a coroação de Nossa Senhora, pois alcançara a graça para sua filha, que voltara a falar. Outra doou a aliança por sentir-se melhor com as orações depois de dois anos de cama. Várias outras contribuições ocorreram por graças alcançadas. Pozzobon foi visto como beato curador, não se limitando, porém, a práticas piedosas e filantrópicas, mas estendendo seu campo de atividades à construção de capelas e abrigos para os pobres.

Com o passar do tempo, os testemunhos e as romarias que preocupavam o bispado da cidade e os padres palotinos foram suspensos, mesmo que nessa época já tivessem aderido às manifestações populares uma classe de pessoas mais abastadas.

Em 1958, depois de diversas audiências com o bispo sobre as atividades da “gente de Schoenstatt”, João Pozzobon levou a imagem da Mãe Peregrina e a escondeu, enquanto os padres se manifestavam. João entendia que os padres tinham seu programa diário, pois eles próprios lhe diziam: “Rezar conosco é chover no molhado”; ou: “não é preciso que alguém venha rezar porque temos os dias programados”; ou ainda: “isso parece fanatismo, parece superstição” (Doc. J 177-F1018/1021).

Muitas vezes João Pozzobon foi visto pelos sacerdotes locais como supersticioso, o que remete a pensar que atribuíam à sua devoção uma certa

infantilidade. Todavia, não foi uma devoção efêmera; ela se difundiu na região e expandiu-se com o passar do tempo, ganhando mais adeptos no exterior do que no lugar de origem. Sua forma de evangelizar, resgatando as orações tradicionais, como a reza do terço, fez transparecer em grupos religiosos da região o espírito modernizador da Igreja, que rejeitava a manutenção dessa forma de expressão da religiosidade.

A persistência de João Pozzobon em manter a obra de Schoenstatt, mesmo na época das proibições, revela-se nos seus atos: João pede ao capelão do hospital para visitar os educandários, o padre pede credenciais do bispo, e João mostra-as de longe. O padre pede a João que “faça por fora”. João entende que é por fora da cidade e começa pela Brigada Militar, a Casa dos Padres, a Casa de Saúde. O bispo manda chamá-lo para uma audiência: “Sei que o senhor não é mal-intencionado, mas há um desentendimento entre os padres; eu lhe disse por fora e o senhor continua na cidade”.

Encontramos em seus manuscritos, datados da década de 1950, outras referências à incompreensão da Igreja para com a sua obra de propagação da campanha do terço em família, o que estaria relacionado aos reflexos das divergências com os palotinos. “Depois de diversas audiências sérias a palavra do bispo era: longe daquela gente schoenstattiana”. João Pozzobon procura o padre Máximo e diz que “vai levar a peregrina para esconder”.

Havia também um amigo sacerdote que lhe vigiava os passos. Um dia ele vai até a casa de João Pozzobon e faz referências a Schoenstatt, falando, num tanto alterado, sobre a Campanha. Batendo com força na mesa, disse: “Eu posso destruir isso, um pobre homem”. Ao que João respondeu: “O senhor pode destruir o que é humano, mas não o que é divino. E assim ficamos, juntos por pouco tempo, ele perdeu sua vocação”.

Nos documentos escritos de João Pozzobon, encontramos relatos sobre o ano de 1958, “tempo das incompreensões, os fortes ventos sopram violentamente como que para destruir. João desenhou uma árvore perto do Santuário pintada pelos fortes ventos, mas João disse para si, esta não cai, é

segurada por fortes raízes. João ouviu comentários de que os bispos do Rio Grande do Sul tinham todos o mesmo espírito contra a Mãe de Schoenstatt”.

Não havia, nesse caso, uma preocupação por parte de João Pozzobon em resguardar sua vida doméstica e familiar ou mesmo conjugal. Por isso, tornou-se uma figura pública e mística. O lado público/político desse leigo propiciou deste modo a unidade do Movimento de Schoenstatt no período de cisão entre padres palotinos e schoenstattianos.

Antes do Concílio Vaticano II, as missões dependiam unicamente das congregações para a evangelização, que distribuía os territórios a serem evangelizados entre institutos missionários. Na nova mentalidade pós-conciliar, a Igreja envolveu todas as dioceses e os leigos. Nesse sentido, podemos afirmar que João Pozzobon, através de sua obra, foi um missionário leigo, antes do Concílio.

Havia opiniões divergentes com relação a João Pozzobon. O clero diocesano, os padres palotinos e alguns outros leigos condenavam-no também. As autoridades religiosas viam com reservas seu comportamento. Cabe mencionar que ele colocou, em pólos opostos, um bispo combativo e uma congregação (Movimento de Schoenstatt), cuja popularidade crescia rapidamente.

Como o bispo diocesano havia enviado circulares a todas as Igrejas e capelas com a observação de que tudo o que estava ligado a Schoenstatt era proibido, a campanha de evangelização do peregrino foi sendo restringida. Em 1971, João Pozzobon relata que visitou o seminário, mas não foi recebido. Hospedou-se então em casa de uma família. Não referiu, entretanto, qual era o seminário, provavelmente o dos padres palotinos, único na região, e como pretendia continuar suas peregrinações, pensou em organizar a romaria no dia de São José, para ter um motivo para entrar na paróquia, pois o bispo queria trocar a Imagem da Mãe Peregrina por outra. João relatou que sentia um espírito forte e, mesmo com as perseguições, continuava a construir as capelinhas para a Mãe Peregrina e a visitar escolas e famílias para

rezar o terço. As restrições foram tantas que alguns padres schoentianos sugeriram aos fiéis não se encontrarem mais com o beato.

No registro intitulado “Pequeno ano de 1958”, João referiu que os “fortes ventos sopravam como para destruir”, pois certo dia, quando visitava o interior, encontrou esta determinação do bispo: “toda comunidade paróquial deve cooperar para adquirir um rádio único que só sintonizava a Medianeira e João andava com aquela que era proibida”. A parte humana de João resmungou: “se isso fosse civil provocaria uma revolução, mas como é da Igreja, inclino a cabeça. João desenhou um arco-íris, depois da tempestade vem o tempo bom” (Doc. 1011).

A Medianeira é uma rádio local mantida pela diocese de Santa Maria, com programas diversos; e a referência “àquela que era proibida” diz respeito à imagem da Mãe Peregrina que João carregava no ombro em suas peregrinações. Apesar da persistência do peregrino em continuar a propagação na devoção à Mãe Três Vezes Admirável de Schoentatt, ele registra sua obediência à Igreja, quando fala em inclinar a cabeça; mas como discordava da opinião do bispo com relação às idéias do Movimento, seguia sua peregrinação às escondidas, pois era um homem livre, um “herói” de Schoentatt, como pregava o padre Kentenich. Só que agora a luta era contra as divergências internas da Igreja pós-conciliar. Cabe ressaltar que as romarias apoiadas pela diocese eram as da Virgem Medianeira, que hoje também tem seu Santuário, e não as romarias de um movimento dissidente.

O peregrino registra sua atitude no tempo das perseguições a sua obra: “No tempo das incompreensões João escutava alguns comentários de algum pai de família que dizia: “este homem é o mais atrasado” (Doc. J.177-F-1018/1021).

Alguns padres recriminavam as rezas do terço e o catecismo que João pregava, inclusive aos seminaristas e aspirantes a maristas, pois julgavam não serem importantes para os vocacionados. João Pozzobon, entretanto, reconhece que teve muitas alegrias por dez anos. Quando o proibiram, tes-

temunhou: "penderam mais para o lado das recreações e liberdade". (Doc. J 177-F-1018/1021)

As discriminações não se restringiam às ações de João Luiz Pozzobon. Em 1964, o Santuário da Mãe e Rainha Três Vezes Admirável de Schoenstatt de São João do Polêsine foi destruído por iniciativa do superior dos padres palotinos, o padre Müller, como resultado das perseguições ao Movimento; logo depois foi destruído o santuário de Vale Vêneto, do qual ainda se guarda, no museu da cidade, o altar.

Imposto pelo Santo Ofício, o padre Müller veio para o Brasil como Visitador no período de 1963/64, para calar o Movimento de Schoenstatt. Ele acabou motivando a separação da pedagogia de Schoenstatt daquela de Pallotti, e proibiu os padres de outras congregações, como os maristas, por exemplo, de adotá-la.

Preocupado com as incompreensões ao movimento, João Pozzobon empenhou-se na convocação de mais fiéis para as romarias, cujo número foi aumentando. Em 1952, teve início a Romaria da Primavera, quando foi construída uma capelinha simples, coberta de capim, para reunir os pobres, abrigá-los e valorizá-los, e legitimando a vida deles com o registro de nascimento daquela população. Em 1953, as romarias seguiram com a entrega de seiscentas imagens da Virgem Peregrina, que chegaram a 1.500 em 1954. Em 1955, os sacerdotes cancelaram 3.000 imagens. A partir desse episódio, o peregrino concentra as romarias no oratório de Santo Antônio até a construção da Capela Branca, na década de 1960 (Doc. J 173-F755/763).

O fato é que centenas de pessoas, principalmente as mais humildes, acompanhavam as romarias que João Pozzobon organizava. Nos locais por onde peregrinava com a imagem da Virgem – escolas, hospitais, educandários, presídios –, freqüentemente era bem recebido. Quando se tornou diácono, levava a comunhão em domicílio, para os enfermos (Doc. 758-761).

Dom Vitor Sartori foi o bispo que libertou o Movimento de Schoenstatt das perseguições locais. Antes de falecer, João Pozzobon foi visitá-lo com a

Mãe Peregrina, para rezar com ele o terço. Aproximou-se do leito com a imagem e explicou o significado das pedrinhas colocadas em sua coroa. Ele relata:

Antes de partir para a eternidade, recebeu a visita daquela que distribuiu muitas graças e benção a sua diocese, ele reconheceu e disse sua última palavra com esta expressão: esta campanha converte todo mundo. Nos despedimos, fomos rezar o santo terço, que coroou sua morte. Como grande bispo, libertou a obra da Mãe Rainha, retirou todas as restrições, sua humildade é sua grandeza (Doc. J. 177-F 1004-1007).

João Pozzobon fez construir capelinhas e capitéis, colocando as imagens nas ermidas dispostas ao longo das estradas pelas quais peregrinou e nas cidades por onde passou, para que todos conhecessem e amassem a grande organização das famílias. Em casa de cada família que visitava rezava o terço ajoelhado ao pé da cruz. Quando da fundação da capela de São Rafael, em Restinga Seca, São Roque e Faxinal do Soturno, João Pozzobon relata: “Hoje aqui nasceu uma coisa nova semelhante a Belém, as mães partiram de suas casa com seus filhos, com flores e recordamos os reis magos. Levarem seus presentes a Jesus. Assim ficou fundada a adoração anual da capela de São Rafael” (Doc. J 176-F925/926).

A fama da santidade desse homem logo se espalhou pelo Rio Grande do Sul, especialmente entre a população mais simples. Suas orações atraíram um número cada vez maior de pessoas, a princípio de Santa Maria, especialmente do Bairro Nossa Senhora das Dores, caracterizado pela população de descendentes de italianos. Congregou também os da região da Quarta Colônia do Rio Grande do Sul.

É significativo registrar a dedicação de João Pozzobon ao Movimento, que após a morte de sua segunda esposa, transferiu todos os seus bens para seus filhos, alegando ser seu desejo viver apenas para a causa de Sachoenstatt.

Em Camobi, um bairro de Santa Maria, o proprietário de uma fábrica pediu-lhe que levasse a imagem à casa de todos os operários: “incalculável a

recepção naquelas famílias”. Realizou casamentos e missas e se emocionou com as recepções calorosas. (Doc. J 182-F 1299/1306).

Essa prática religiosa pode ser associada às de outros grupos que se constituíram em meados do século XIX, como os “penitentes” de Juazeiro (nordeste do Brasil), cujos beatos se multiplicavam – e mulheres e homens se dedicavam intensamente a rezar nas igrejas, a visitar doentes, a enterrar mortos, a ensinar orações. Promoviam uma espécie de mutirão religioso, constituído pelas bandeiras, agrupamento de devotos que, cantando e rezando, transportavam, sob a liderança de um beato, materiais para a construção de obras piedosas; além disso, cantavam nos velórios e percorriam anualmente a via-sacra (Monteiro in Fausto, 1990:51-53).

Eram comuns as procissões, nas quais se usavam muitos foguetes e tiros festivos. Nessa época, o batismo doméstico, sem a presença do padre, era uma prática corrente, quando os beatos e monges disputavam o respeito e as atribuições específicas de padres e leigos (Idem, op. cit.: 80 e 81).

Nos dias de fortes chuvas, João Pozzobon arregaçava as calças, tirava os sapatos e prosseguia suas visitas, considerando os trovões como foguetes para Nossa Senhora. Onde havia fiéis ele levava a imagem da Mãe Peregrina: “no alto de uma montanha, há uma pequena habitação e uma escola, povo simples, mas muita fé na Mãe e Rainha. Pois foi anunciando o dia e a hora que a Mãe Rainha lá chegara”(Doc. 767-775).

Em João Pozzobon, destaca-se o sobrenatural e uma fé obediente, que ligava o místico às coisas simples, muitas vezes até banais do cotidiano, pois atribuía a proteção de Maria até mesmo a um copo de água que recebia depois de uma longa caminhada: “atravessando florestas, campos, lavouras e rios de caíque, montanhas, ficar perdido, dormir no solo da terra molhada, para restabelecer as forças, sentir fome, caíam as lágrimas no solo da terra, alcançaram uma fatia de pão, tudo isso levado por um grande amor à Mãe de Deus” (Doc. J 174-F 739/808).

Com a Campanha da Mãe Peregrina, João Pozzobon vai além das fronteiras do Estado do Rio Grande do Sul e alcança o Paraná, São Paulo, Argentina, Chile, Uruguai, Paraguai e Europa. Sua visita ao Santuário original de Schoenstatt, na Alemanha, teve grande repercussão. Sua Campanha também chega à França e Portugal, onde ele relata e divulga o que fazia no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, com as imagens visitando famílias, escolas, asilos, hospitais, creches e presídios. É também recebido pelo papa João Paulo II, em 1979, quando, em Roma, Sua Santidade benzeu a imagem da Mãe Peregrina e seu apostolado (Doc. J 181-F 1212/1214, J 181-F 1215/1220).

De acordo com os dados fornecidos pelas Irmãs de Maria de Schoenstatt, de Santa Maria, a campanha de João Pozzobon teve grande repercussão. Hoje existem mais de 90 mil imagens peregrinas no Brasil, 15 mil no Peru, 12 mil no Paraguai. No sul e nordeste do Brasil, atualmente existem 22 imagens auxiliares, 21 peregrinas paroquiais, 81 ermidas, e foram feitas 2.100 coroações de Nossa Senhora, sendo que, no sul do Brasil, foram atingidas 249 cidades e, no nordeste, 558. Com relação às romarias do ano de 1998, foram realizadas 552 intermunicipais, 514 interestaduais (RS e SC) e 551 internacionais (Argentina, Paraguai e Uruguai)

Hoje sua obra é conhecida em vários pontos do mundo e Santa Maria se prepara para receber os peregrinos, de modo a divulgar sua história e estimular o turismo religioso. A figura de João Luiz Pozzobon, com seus códigos de valores e, conseqüentemente, com sua visão de mundo, permitiram-lhe ser o único elo de ligação entre as duas congregações religiosas divergentes, palotinos e schoenstatianos, mesmo no período de cisão, na segunda metade do século XX.

João Luiz Pozzobon tornou-se homem público responsável pela propagação da fé católica em Nossa Senhora, que, para alguns pesquisadores, está relacionada com a figura da “*mamma*”, que desempenhava as práticas de devoção religiosa e, com espírito determinado, mantinha a tradição cristã

longe das intrigas religiosas e das divergências na própria Igreja católica. Com relação à figura desse homem, podemos dizer que sua obra se antecipou ao Concílio Vaticano II (iniciado em 1962 e terminado em 1965), no sentido de envolver os leigos no serviço evangélico. O padre Kentenich observou: “Nossos teólogos procuram uma nova pastoral. Aqui a tem, o que o Sr. João faz é a pastoral de que necessitamos”.

Em 1968, o padre Kentenich referiu-se à Campanha de João Pozzobon como exemplo de evangelização: “Reparem que com o trabalho do sr. João Pozzobon, se tornam eficazes todas as forças fundamentais de Schoenstatt. Que faz o sr. Pozzobon? Ele leva a Mãe de Deus onde lhe seja possível e Ela vai agir. Em si. É isto o que nós sempre quisemos e acentuamos. (Schneider & Catoggio, 1989:8)

João Pozzobon popularizou a pedagogia e a espiritualidade do Movimento de Schoenstatt, cumprindo a promessa feita pelo padre Kentenich ao papa Paulo VI de levar o Concílio Vaticano II às bases.

A partir de 1984, a Campanha do Terço chega à Argentina por intermédio do casal Ana e Guillermo Echeverria, que viajam a Santa Maria para buscar 25 imagens. Essa viagem está documentada em *slides* sonorizados, que registram o rito de entrega das imagens. Chegando a Buenos Aires, as famílias encarregaram-se de enviar as imagens recebidas ao mundo, juntamente com a Campanha do Terço. Em um ano, as imagens chegaram a vinte países e em dois anos a quarenta. Cada pessoa responsável pela Campanha comprometeu-se em estendê-la à América do Sul, Central e do Norte, e a inúmeros países da Europa, Ásia e África. Essa campanha internacional mantém um contato com o Santuário de Santa Maria e com os lugares onde viveu João Pozzobon.

A cidade de Santa Maria que, no século passado, era conhecida como descrente, corrompida, pois abriu espaço a inúmeras devoções e sociedades secretas, tornou-se ponto de referência, uma iniciativa nova e original de religiosidade, a partir de um homem simples e humilde que se dedicou à família e a Schoenstatt.

Em 12 de dezembro de 1994, foi aberta oficialmente a causa de beatificação de João Pozzobon pelo bispo de Santa Maria, Dom Ivo Lorscheiter, e constituído o tribunal eclesiástico que examina sua vida. Hoje, o peregrino é reconhecido pelo Vaticano como “servo de Deus”, muito embora não houvesse suscitado em vida que terminaria convertido em mito, objeto de veneração popular ou ainda num guia espiritual.

João Pozzobon, ciente das dificuldades de seu trabalho de evangelização, foi fiel à hierarquia da Igreja, mas não interrompeu suas ações pastorais, assumindo como leigo a propagação do movimento religioso em que ele acreditava. Posteriormente, vai inspirar em seus superiores a importância da manutenção da fé popular e o respeito ao movimento, mostrando-se acima das divergências religiosas e fazendo da obra de Schoenstatt uma das mais importantes manifestações de fé em nível mundial, num momento em que a Igreja incentivava os leigos à política. João Pozzobon, que aparece como um subversivo da ordem, estimulando os ritos populares e as procissões e visto por muitos padres como fetichista e perigoso, hoje é citado como exemplo de vida e de ação pastoral.

Referências bibliográficas

- BEOZZO, José Oscar. 1990. “A Igreja entre a Revolução de 30, o Estado Novo e a redemocratização”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira, Economia e Cultura: Igreja, Educação e Cultura*, vol. 11, tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- DREHER, Martin. 1999. *A Igreja latino-americana no contexto mundial*. São Leopoldo: Sino-dal.
- FERNANDÉZ, Pe. Rafael. 1998. *O 31 de maio: uma missão para o nosso tempo*. Trad. Tere-zinha Bolli Mota. Santa Maria: Pallotti.
- GINZBURG, Carlo. 1987. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro persegui-*

- do pela Inquisição*. Trad. Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras.
- MAZZOLO, Maria. 1994. "EL estudio de la religiosidad popular en latinoamérica y Europa: perspectivas recientes". In: *El estudio científico de la religión a fines del siglo XX*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, pp. 101-119.
- MOURA, Sérgio Lobo. & ALMEIDA, José Maria Gouvea. 1990. "A Igreja na primeira República". In: FAUSTO, Boris, *História geral da civilização brasileira. O Brasil republicano: sociedades e instituições (1889-1930)*, cap. IX, tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- PIERUTTI, Antônio Flávio de Oliveira; SOUZA, Beatriz de & CAMARGO, Candido Procópio de. 1990. "A Igreja católica: 1945-1970". In:
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira, Economia e Cultura: Igreja, Educação e Cultura*, vol. 11, tomo III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- SCHENEIDER Ottomar & CATOGGIO, Juan. 1989. Documento de Concenso: a pessoa e a campanha do diácono João Luiz Pozzobon, Encontro Internacional, Santa Maria.
- TREVISAN, Pe. Vitor. 1992. Movimento Apostólico de Schoenstatt: introdução histórica. Santa Maria: Pallotti, vol. 1 e 2.

DOCUMENTOS:

Correspondências recebidas e expedidas, Arquivo João Luiz Pozzobon, Santa Maria, RS.

Atas da Catedral Diocesana, Santa Maria, RS.